

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

CAROLINA DE ALMEIDA WAINSTEIN

**O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL SEGUNDO  
DEREK PARFIT**

Porto Alegre

2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

CAROLINA DE ALMEIDA WAINSTEIN

**O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL SEGUNDO  
DEREK PARFIT**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Bacharela em Filosofia.

Orientador: Renato Duarte Fonseca

Porto Alegre

2021

CAROLINA DE ALMEIDA WAINSTEIN

## **O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL SEGUNDO DEREK PARFIT**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para a obtenção do título de Bacharela em Filosofia.

**Aprovada em 03 de dezembro de 2021**

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Eros Moreira de Carvalho**

Presidente da Banca

---

**Prof. Rogério Passos Severo**

Avaliador

---

**Prof. Renato Duarte Fonseca**

Orientador

## **AGRADECIMENTOS**

Eu gostaria de agradecer primeiramente a Deus por ter me dado forças e sabedoria para realizar este trabalho e dedicar este trabalho a memória de minha amada prima, Fayga Pamela Mente. Gostaria de agradecer também meu orientador Renato Fonseca, que se dedicou a me ajudar com muita paciência. Agradeço ao professor Eros Carvalho por ter me feito acreditar no curso de Filosofia. Agradeço aos professores, Eros Carvalho e Rogério Severo por fazerem parte da banca examinadora e terem me auxiliado a melhorar este trabalho e continuar a pesquisa. Agradeço também aos meus pais, Giselda Cardoso e Nelson Wainstein, ao meu irmão, Victor Wainstein e ao meu marido, William Magagnin, que me apoiaram nesta jornada. Agradeço aos meus amigos, Luiz Cichoski, Bruno Malavolta, Lucas Meireles e Antônio Pinheiro pelos inúmeros conselhos acadêmicos. E por último, mas não menos importante, agradeço às minhas amigas Caroline Cirne, Bruna Meneghetti, Fernanda Rosa, Katherine Correia, Ana Gabriela Pericolo e Bárbara Velasco por todo apoio emocional que me forneceram.

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho é examinar a teoria do problema metafísico da identidade pessoal em Derek Parfit. Primeiramente apresento três das principais abordagens da identidade pessoal na filosofia contemporânea: a teoria da identidade corpórea, a teoria da continuidade psicológica e a teoria não-reducionista da identidade. Cada uma delas está exposta a controvérsias, e é no bojo destas controvérsias que Parfit apresenta a sua teoria de que a identidade não é o que importa para as pessoas. A tese de Parfit não é uma tese empírica sobre o que as pessoas de fato valorizam, mas sobre o que importa do ponto de vista da racionalidade prática. Posteriormente, apresento as observações de Parfit à teoria da identidade da memória de John Locke, pois é o filósofo precursor do problema da identidade pessoal. Em seguida, apresento a teoria de Parfit, segundo a qual a identidade pessoal não importa. Após, exponho uma importante objeção a Parfit, feita por Harold W. Noonan e, examinando seus possíveis méritos, tal objeção parece basear-se em uma leitura equivocada da teoria parfitiana. Por fim concluo que, dada as grandes dificuldades das três principais abordagens, e também porque a objeção de Noonan não parece ter obtido sucesso, a teoria de Parfit parece ser uma posição promissora no debate sobre a identidade pessoal.

Palavra-chaves: identidade pessoal, problema da identidade pessoal, identidade corpórea, continuidade psicológica, identidade não-reducionista.

## ABSTRACT

The aim of this paper is to examine Derek Parfit's theory of the metaphysical problem of personal identity. First, I present three of the main approaches to personal identity in contemporary philosophy: corporeal identity theory, psychological continuity theory, and non-reductionist identity theory. Each is exposed to controversy, and it is in the midst of these controversies that Parfit presents his theory that identity is not what matters to people. Parfit's thesis is not an empirical thesis about what people actually value, but about what matters from the point of view of practical rationality. Later, I present Parfit's remarks to John Locke's theory of identity of memory, as he is the pioneering philosopher on the problem of personal identity. Next, I present Parfit's theory that personal identity does not matter. Afterwards, I raise an important objection to Parfit, made by Harold W. Noonan, and, examining its possible merits, this objection seems to be based on a misreading of the Parfitian theory. Finally, I conclude that, given the great difficulties of the three main approaches, and also because Noonan's objection does not seem to have been successful, Parfit's theory seems to be a promising position in the debate about personal identity.

Keywords: personal identity, the problem of personal identity, corporeal identity, psychological-continuity, non-reductionist identity.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2 O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL</b>	<b>8</b>
2.1 A TEORIA CORPÓREA DA IDENTIDADE PESSOAL	9
2.2 A TEORIA PSICOLÓGICA DA IDENTIDADE PESSOAL	11
2.3 A TEORIA NÃO REDUCIONISTA DA IDENTIDADE PESSOAL	15
<b>3 A VISÃO DE PARFIT</b>	<b>16</b>
3.1 PARFIT E LOCKE	17
3.2 A IDENTIDADE PESSOAL NÃO IMPORTA	18
3.3 OBJEÇÕES À TEORIA DE PARFIT	27
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O problema metafísico da identidade pessoal pode ser descrito como um problema acerca do critério da identidade numérica de pessoas ao longo do tempo (Kind 2015, p.38). Qual é o critério para permanecermos a mesma pessoa ao longo do tempo, mesmo havendo diversas mudanças biológicas, culturais, sociais, dentre outras a que estamos sujeitos? O que é necessário e suficiente para que o ser que fomos no passado ou que seremos no futuro ainda seja um e o mesmo eu (numericamente) que somos hoje?

Pretendo, na segunda seção, investigar as três principais abordagens da identidade pessoal e colocá-las como contraponto à visão de Parfit. Por identidade pessoal ao longo do tempo tomo como equivalente à identidade numérica, que diz a respeito da unicidade de uma pessoa (o que faz com que um sujeito seja um e o mesmo ao longo do tempo). Na literatura, destacam-se três abordagens (ou correntes teóricas) destinadas a explicar a natureza da identidade pessoal: a teoria da identidade corpórea, a teoria da continuidade psicológica e a teoria não-reducionista (ou visão simples), sendo estas antagônicas a alternativa oferecida por Parfit.

Os adeptos da abordagem da identidade corpórea (também conhecida como teoria física da identidade pessoal) afirmam que a continuidade da pessoa é equivalente à permanência do corpo. O sujeito x e o sujeito y são a mesma pessoa apenas se x e y possuírem o mesmo corpo. Ao longo da vida, desde o nosso nascimento até a nossa velhice, nosso corpo sofre diversas mudanças, porém continuamos sendo numericamente a mesma pessoa. Segundo essa abordagem, isso é dado porque nossa unidade corporal é a mesma.

A abordagem da continuidade psicológica defende que não é necessário qualquer tipo de relação de natureza física para a continuidade de uma mesma pessoa. O que importa para a identidade nessa vertente é a continuidade de propriedades e/ou relações psicológicas, tais como, lembranças, gostos, valores, etc. Estas propriedades também não necessitam ser exatamente as mesmas ao longo da vida, porém deve haver vínculo entre elas, unindo as características

psicológicas do passado, presente e futuro de tal forma que pertençam à mesma pessoa.

Tanto a abordagem corpórea da identidade, quanto a abordagem da continuidade psicológica são teorias reducionistas, pois reduzem a pessoa ou ao corpo, ou aos aspectos psicológicos. Mas, diferente das abordagens anteriores, a teoria não-reducionista da identidade entende a continuidade da identidade pela continuidade de uma substância simples e indivisível. Segundo essa corrente teórica a unidade da pessoa é dada em virtude de uma entidade que existe separadamente e independente dos seus cérebros e corpos. Essa entidade é comumente chamada de ego cartesiano, sendo popularmente pensada como uma alma. Dessa forma, uma pessoa é um fato primitivo, simples e não analisável, por isso a identidade pessoal não pode ser esclarecida através de outros conceitos.

Veremos que as três principais vertentes têm dificuldades para determinar um critério de identidade pessoal. Diante de tais dificuldades, propõe-se uma quarta visão, na terceira seção, a de Derek Parfit: a identidade pessoal não importa. Parfit diz que em um primeiro momento pode parecer que se a questão sobre a identidade pessoal não tiver resposta não conseguiremos responder a algumas questões importantes tais como sobrevivência, memória e responsabilidade moral. Porém, a ideia de Parfit é livrar-nos desse pressuposto, pois, para ele, a identidade não importa.

Também na terceira seção, apresentarei uma importante objeção à teoria parfitiana da identidade, elaborada por Harold W. Noonan. Para Noonan a identidade pessoal tem de seguir o princípio do “somente x e y”, princípio segundo o qual a relação de identidade entre a pessoa x anterior e a pessoa y posterior é dada somente por uma relação intrínseca entre eles. Porém, Noonan alega que a teoria da identidade de Parfit segue o princípio do melhor candidato, que diz que a identidade é mantida pelo candidato mais próximo em continuidade qualitativa e no grau espaço-temporal, não seguindo o princípio do “somente x e y”. O que mostrarei é que essa conclusão de Noonan é provavelmente uma leitura equivocada da teoria parfitiana. Dessa forma, a teoria de Parfit continua sendo uma alternativa viável para a resolução do problema da identidade pessoal.

## 2 O PROBLEMA DA IDENTIDADE PESSOAL

O problema da identidade pessoal é a questão sobre o critério em que consiste que uma pessoa seja numericamente idêntica do início ao fim da vida, mesmo com todas as mudanças que ocorrem ao longo do tempo. É importante observar que a identidade pessoal se refere à identidade numérica, não à identidade qualitativa. Existem dois tipos de identidade: a identidade numérica e a identidade qualitativa. Quando falamos em identidade qualitativa nos referimos às características de um objeto como, por exemplo, a cor, aparência e formato. Quando falamos em identidade numérica estamos nos referindo ao que faz com o que o objeto seja um e o mesmo, a unicidade desse objeto. Para clarificar a diferença entre os dois tipos de identidade, Parfit usa o seguinte exemplo:

Existem dois tipos de semelhança ou identidade. Eu e minha réplica somos qualitativamente idênticos ou exatamente iguais. Mas podemos não ser numericamente idênticos, ou uma única e mesma pessoa. Da mesma forma, duas bolas de bilhar brancas não são numericamente *idênticas*, mas podem ser qualitativamente idênticas. Se eu pintar uma dessas bolas de vermelho, ela deixará de ser qualitativamente idêntica a si mesma como era. Mas a bola vermelha que vejo mais tarde e a bola branca que pintei de vermelho são numericamente idênticas. Eles são a mesma bola. Podemos dizer, de alguém: 'Depois do acidente, ele não é mais a mesma pessoa'. Esta é uma afirmação sobre os dois tipos de identidade. Afirmamos que ele, a mesma pessoa, não é agora a mesma pessoa. (Parfit 1987, p.201, tradução nossa)

Podemos fazer o mesmo exercício imaginativo com duas garrafas de coca-cola: ambas são qualitativamente idênticas (possuem as mesmas características qualitativas), porém numericamente distintas (Kind 2015, p.38). Parece óbvio que não somos os mesmos qualitativamente ao longo do tempo, já que somos muito diferentes qualitativamente de quando éramos crianças, por exemplo. Por isso a questão da identidade pessoal é relacionada a identidade numérica, buscamos o que faz com o que sejamos numericamente idênticos ao longo das nossas vidas.

Existem três principais teorias sobre o critério da identidade pessoal: a teoria corporal da identidade pessoal, a teoria da continuidade psicológica e a teoria não-reducionista da identidade pessoal. Apresentarei neste capítulo cada uma delas.

## 2.1 A TEORIA CORPÓREA DA IDENTIDADE PESSOAL

No caso de objetos físicos, a continuidade física espaço-temporal do objeto é seu próprio critério de identidade. Há entes que a existência suporta grandes mudanças físicas como, por exemplo, insetos que sofrem metamorfoses. Também é verdade que a existência contínua de objetos compostos não necessariamente precisa que todos os seus componentes permaneçam os mesmos. Se, por exemplo, as peças de um navio forem substituídas uma por uma, ao longo de muitos anos, o navio continua sendo o mesmo, mesmo que todas suas peças sejam trocadas. Semelhantemente, às células do corpo humano são destruídas e regeneradas diariamente, mas o ser não perde sua identidade.

A teoria corpórea (ou física) da identidade pessoal pode ser diferentemente desenvolvida a partir de dois critérios principais: a continuidade substantiva do corpo e a continuidade substantiva do cérebro. Ambos critérios têm pontos frágeis. O primeiro está relacionado ao corpo físico de uma pessoa. Porém, se fosse possível transplantar o cérebro da pessoa Y para o corpo X, mesmo que o corpo de Y fosse distinto de antes, ainda somos tentados a dizer que Y no corpo de X ainda é Y. Isso nos leva ao segundo critério da teoria física, a continuidade do cérebro, que diz que uma pessoa ainda é a mesma se permanecer com o mesmo cérebro. Parfit explica a teoria da continuidade física da seguinte forma:

O Critério Físico: (1) O que é necessário não é a existência contínua de todo o corpo, mas a existência contínua de o suficiente do cérebro para ser o cérebro de uma pessoa viva. X hoje é a mesma pessoa que Y em algum momento anterior se e somente se (2) o suficiente do cérebro de Y continuou a existir, e agora é o cérebro de X, e (3) esta continuidade física não tomou uma forma de “ramificação”. (4) A identidade pessoal ao longo do tempo consiste apenas na detenção de fatos como (2) e (3). (Parfit 1987, p.203, tradução nossa)

Porém, quando consideramos o cérebro como critério para a identidade pessoal, enfrentamos outras dificuldades. Como, por exemplo, se considerarmos o seguinte caso hipotético: uma pessoa P1 teve o cérebro dividido, sendo que cada hemisfério foi transplantado para corpos distintos. Após a operação teríamos, duas pessoas, P2 e P3 que são cerebralmente contínuas de P1, mas numericamente distintas. Assim, parece que tanto P2 quanto P3 são idênticos a P1, ou seja, P2 e P3

são P1, logo P2 e P3 deveriam ser a mesma pessoa, mas isso parece impossível, já que P2 e P3 são numericamente distintos. Além disso, nos sentimos desconfortáveis em afirmar que a identidade de uma pessoa se resume ao cérebro, se considerarmos o experimento filosófico “A Cura”, proposto por McMahan:

Diagnosticaram-nos uma doença horrível — vamos imaginar. Caso siga o seu curso, atuará de uma forma imperceptível, sem nos incapacitar nem fazer sofrer. Só que ao fim de cinco anos morreremos de repente. No entanto, dizem-nos, a doença é curável. Se quisermos, poderemos optar por um tratamento que nos livrará dela. A opção é urgente, note-se, dado que este só resultará se o iniciarmos nos próximos dias. Curados, várias décadas de vida futura — de vida futura *feliz* — ficarão à nossa espera. Preparamo-nos para dizer já que sim, que obviamente queremos ser tratados. Mas sugerem que pensemos melhor. É que o tratamento tem um efeito colateral um tanto perturbante: apagará irremediavelmente todas as nossas memórias, deixar-nos-á com uma personalidade radicalmente alterada. Passaremos a ter outro temperamento, outros gostos, outros planos, outras convicções. Os *conteúdos* da nossa mente, digamos assim, serão obliterados pelo tratamento. E agora? Nestas circunstâncias, o que será *prudente* fazer? Ou seja, que curso de ação será realmente do nosso interesse? (McMahan 2002, p.77)

Ao deparar-se com a Cura proposta por McMahan creio que a maioria de nós sentir-se-ia relutante em aceitá-la, pois temos a intuição de que se toda nossa psique<sup>1</sup> fosse alterada, deixaríamos de ser quem somos, mesmo que o cérebro ainda seja mantido<sup>2</sup>. Estamos inclinados a pensar que os cinco anos com nossa psique intacta são mais valiosos do que a cura imediata de um corpo que não possuirá ligações psicológicas com o nosso eu atual. Dessa forma, parece que a continuidade psicológica é mais significativa do que a continuidade física cerebral para o critério da identidade pessoal.

## 2.2 A TEORIA PSICOLÓGICA DA IDENTIDADE PESSOAL

Para os adeptos do critério da continuidade psicológica (pode também ser chamado apenas de “critério psicológico”) da identidade pessoal, a persistência da

---

<sup>1</sup> “O conceito de *psique* na psicologia analítica abrange todos os pensamentos, sentimentos e comportamentos, tanto conscientes como inconscientes” (NASSER, B.A.N.Yone “The body-psyche identity in the analytical psychology”, §6).

<sup>2</sup> Um defensor da teoria física cerebral pode responder dizendo que as pessoas antes e depois da cura são numericamente idênticas. Nesse caso, ele tem o ônus de explicar porquê hesitamos em aceitar a cura.

existência da pessoa ao longo do tempo é dada pela continuação da existência de um estado puramente mental. A tese da continuidade psicológica da identidade é uma versão alterada do critério de memória de Locke e também encontra dificuldades. Para Locke, a pessoa X no tempo t1 é idêntica à pessoa Y no tempo t2 se e somente se Y recordar-se de experiências e ações de X.

Entretanto, para Parfit a identidade pessoal não está exclusivamente na memória, existem outros traços psicológicos que devem ser considerados. Embora a teoria de Locke não seja o suficiente para fornecer o critério da identidade pessoal, ela pode fazer parte de tal visão. Para isso Parfit<sup>3</sup> responde algumas críticas à Locke. O autor destaca que existem alguns problemas com a teoria lockeana da identidade pessoal:

Locke afirmou que alguém não pode ter cometido algum crime a menos que agora se lembre de ter feito isso. Podemos compreender a relutância em punir pessoas por crimes dos quais não se lembram. Mas, tomada como uma visão sobre o que está envolvido na existência continuada de uma pessoa, a afirmação de Locke é claramente falsa. Se fosse verdade, não seria possível que alguém se esquecesse de nenhuma das coisas que fez ou de qualquer das experiências que teve. Mas isso é possível. Não consigo me lembrar de ter vestido minha camisa esta manhã. (Parfit 1987, p.205, tradução nossa)

Segundo a teoria lockeana da memória, não poderíamos ser punidos ao menos que tivéssemos a lembrança de ter cometido algum crime. A questão é que não temos lembranças diretas de todas as nossas experiências. Não se segue que, por exemplo, se eu não me lembro de ter calçado um sapato preto ontem, então eu não era a pessoa que usava tal sapato. Parfit propõe uma releitura da teoria da memória de Locke. Em vez de termos a necessidade de termos as memórias diretas em t2 para sermos idênticos em t1, pode haver a continuidade da nossa memória, de forma que houvesse uma cadeia sobreposta de memórias diretas entre t2 e t1. O filósofo acrescenta que nessa revisão também devemos considerar outros tipos de conexão psicológica direta, não apenas a memória. Há duas relações gerais: (1) a conectividade psicológica é a manutenção de determinadas conexões psicológicas diretas e (2) a continuidade psicológica é a realização de cadeias sobrepostas de forte conectividade. Sobre essas relações, Parfit diz:

---

<sup>3</sup> Parfit, "Reasons and Persons", 1984.

Destas duas relações gerais, a conectividade é mais importante tanto na teoria quanto, na prática. A conectividade pode se manter em qualquer grau. Entre X hoje e Y ontem, pode haver algumas milhares de conexões psicológicas diretas, ou apenas uma única conexão. Se houvesse apenas uma única conexão, X e Y não seriam, na visão Lockeana revisada, a mesma pessoa. Para que X e Y sejam a mesma pessoa, deve haver o suficiente de conexões psicológicas diretas com todos os dias. Uma vez que a conexão é uma questão de grau, não podemos plausivelmente definir precisamente o que conta como suficiente. Mas podemos afirmar que há conexão suficiente se o número de conexões diretas, em qualquer dia, for pelo menos metade do número que se mantém, todos os dias, na vida de quase todas as pessoas reais. Quando há conexões diretas suficientes, há o que chamo de forte conectividade. (Parfit 1987, p.206, tradução nossa)

A conectividade psicológica trata de manter as conexões psicológicas diretas, enquanto a continuidade psicológica é a cadeia de conexões sobrepostas que mantém uma continuidade. Para Parfit, a conectividade psicológica é a mais importante, pois pode se manter em qualquer grau. Entre X e Y, pode haver qualquer número de conexões psicológicas, porém é necessário um número suficiente de conexões psicológicas entre eles para serem considerados a mesma pessoa, ou seja, deve haver o que Parfit chama de conexão forte.

A identidade pessoal é necessariamente uma relação transitiva, entretanto a conexão forte não é uma relação transitiva. Parfit fala que podemos estar fortemente conectados com nosso eu de ontem, mas isso não significa que estamos fortemente conectados com o nosso eu de 20 anos atrás, logo a forte conectividade não pode ser o critério para identidade pessoal. Porém, mesmo que um defensor da teoria lockeana da identidade não possa apelar para a forte conectividade, pode apelar para a continuidade psicológica, já que esta é transitiva:

O critério psicológico: (1) Existe continuidade psicológica se e somente se houver cadeias sobrepostas de forte conexão. X hoje é a mesma pessoa que Y em algum tempo passado se e somente se (2) X for psicologicamente contínuo com Y, (3) essa continuidade tem o tipo certo de causa, e (4) não sofreu 'ramificação'. (5) A identidade pessoal ao longo do tempo consiste apenas na retenção de fatos como (2) a (4). (Parfit 1987, p.207, tradução nossa)

A conectividade psicológica entre momentos distintos de uma pessoa é resultante da conectividade psicológica de diversos tipos. Por exemplo, quando continuamos a ter um desejo ou crença, o traço psicológico não é necessariamente

uma memória. A conectividade psicológica é uma questão de grau, pois enfraquece ao longo do tempo, ou seja, estamos mais conectados com o nosso eu de ontem do que com o nosso eu de um ano atrás. O grau dessa conectividade resulta do número de conexões diretas que o indivíduo possui com o outro<sup>4</sup>. A conectividade psicológica é forte se ao menos metade das conexões entre os indivíduos são diretas. A partir disso, Parfit afirma que necessariamente  $x=y$  somente se houver continuidade psicológica entre  $x$  e  $y$ , ou seja, somente se houver uma cadeia de conectividade forte entre  $x$  e  $y$ <sup>5</sup>.

A teoria da continuidade psicológica ligada a pelo menos metade das conexões fortes, não consegue responder à terceira objeção, de que uma pessoa pode permanecer mesmo com uma grande perda de memória. Dado que a memória está fortemente ligada a vários outros traços psicológicos, tais como gostos, crenças e desejos, e com uma perda brusca de memória não se tem garantia de que haverá a quantidade de conexões fortes que Parfit indica. Ademais, parece difícil determinar quantas conexões uma pessoa tem e, a partir disso, definir quantas são fortes para descobrir se a pessoa permanece sendo a mesma ou não.

Além disso, McMahan<sup>6</sup> propõe um quarto problema para a teoria psicológica: ela sofre do mesmo problema de ramificação que o critério da continuidade física cerebral. Isto é, parece possível que uma pessoa seja psicologicamente continua com duas ou mais pessoas. Para melhor compreensão, reconsideremos o seguinte caso hipotético: uma pessoa P1 teve o cérebro dividido, sendo que cada hemisfério foi transplantado para corpos distintos. Após a operação teríamos, duas pessoas, P2 e P3 que são psicologicamente continuas a P1, mas numericamente distintas. Dessa forma, se considerarmos a identidade como continuidade psicológica, temos o seguinte problema: tanto P2 quanto P3 são idênticos a P1, ou seja, P2 e P3 são P1, logo P2 e P3 deveriam ser a mesma pessoa, mas isso parece impossível, já que P2 e P3 são numericamente distintos. Por isso, embora a continuidade psicológica seja uma condição necessária da identidade pessoal, não é uma condição suficiente, já que ela pode assumir uma forma de ramificação.

---

<sup>4</sup> Esses "indivíduos" são a mesma pessoa em momentos distintos da sua vida.

<sup>5</sup> PARFIT, D. "Reasons and Persons". Part three: Personal Identity. Oxford: Clarendon Press, 1984, p.206.

<sup>6</sup> MCMAHAN, "The Ethics of Killing: Problems at the Margins of Life", 2002, p.40

### 2.3 A TEORIA NÃO REDUCIONISTA DA IDENTIDADE PESSOAL

Desse modo, podemos então cogitar a teoria não-reducionista como critério para a identidade pessoal. Para Parfit existem ao menos duas visões não-reducionistas da identidade pessoal. A primeira visão Não Reducionista citada por Parfit entende a continuidade da identidade pessoal como sendo a continuidade de uma substância simples e indivisível. Para esta corrente teórica, a pessoa é uma entidade que existe separadamente e independente dos seus cérebros e corpos. Essa entidade é comumente chamada de ego cartesiano, que é popularmente pensada como uma alma. Mas ainda assim podemos acreditar que existe uma pessoa que existe separadamente de uma forma física que ainda não é reconhecida nas teorias contemporâneas de física.

Reid<sup>7</sup> é um adepto dessa visão não-reducionista da identidade, assim, para ele, a identidade não pode ser explicada em nenhum outro termo que não seja próprio. De acordo com ele, ao mantermos a simplicidade natural da identidade pessoal, excluiremos qualquer contestação reduitiva que utilize outros argumentos para explicar o indivíduo. A definição de identidade não pode ser atrelada aos seus pensamentos, ações ou sentimentos, pois estes são apenas operações mentais realizadas por um sujeito com uma existência contínua externa aos seus sentimentos. O eu é substancial, indivisível e não pode ser reduzido. A memória não é o fundamento metafísico da identidade pessoal, e sim uma forma de adquirir evidências pessoais. A memória representa a presença dos indivíduos em eventos que qualificam sua própria noção de identidade, pois permitem identificar-se com seu passado. A memória justifica os primeiros relatos pessoais sobre o próprio passado testemunhado, enquanto os julgamentos de semelhança qualitativa justifica declarações de terceiros pessoais sobre as identidades de outras pessoas. Ou seja, as memórias não me fazem a mesma pessoa que a pessoa representada em minhas memórias. Antes, as lembranças me permitem conhecer meu próprio passado, imediata e diretamente.

---

<sup>7</sup> Reid, T. Essays on the intellectual powers of man, "Of memory", 1975.

Talvez realmente sejamos algo distinto do nosso corpo ou da nossa mente (nesse caso, o tal ego cartesiano). Porém, se assim for, esse tal ego particular que somos não pode ser percebido e identificado nem diretamente, por meios empíricos, nem indiretamente, por um conjunto particular de propriedades psicológicas que se possa demonstrar. Dessa forma não temos boa razão para acreditar que existe apenas um ego que unifica os vários estágios de nossas vidas. Ou seja, não temos garantia de que, de tempos em tempos, não adquiramos um novo ego qualitativamente idêntico ao que tínhamos antes. Assim poderíamos estar sempre sendo substituídos por uma nova pessoa sem que ninguém notasse não havendo continuidade da nossa identidade.

A segunda visão não-reducionista citada por Parfit nega que a pessoa exista separadamente, distinta dos seus cérebros e experiências. Nessa visão, embora a pessoa não exista separadamente, a identidade é um fator adicional, que não consiste apenas na continuidade física e psicológica. Parfit chama essa última visão de “Futher Fact View”.

Ainda assim, a visão não-reducionista não nos dá boas razões para aderirmos-lhe, pois, como destaca Parfit, podemos ter uma visão reducionista que mesmo que uma pessoa seja a existência de um cérebro e corpo que possuem uma série de eventos físicos e mentais inter-relacionados, ainda assim essa pessoa é uma identidade distinta disso. Parfit diz que essas duas afirmações podem parecer contraditórias num primeiro momento, mas ambas são verdadeiras. Para exemplificar isso, Parfit cita Hume: Não posso comparar a alma mais apropriadamente a nada do que a uma república ou comunidade (Parfit 1987, p.211). Parfit diz que a maioria de nós é reducionista em relação às nações, por isso aceitamos as seguintes afirmações: Nações existem e embora as nações existam, uma nação não é uma entidade que existe separadamente, à parte de seus cidadãos e de seu território. Não parece que há razões para pensarmos diferente em relação à identidade pessoal. Dessa forma, não temos evidências nem razões o suficiente para aderir à teoria não-reducionista da identidade pessoal.

### 3 A VISÃO DE PARFIT

Considerando que as três principais teorias têm grandes dificuldades para determinar um critério de identidade pessoal Parfit propõem a sua visão sobre o problema da identidade pessoal: a questão da identidade não importa<sup>8</sup>. Parfit diz que, em um primeiro momento, pode parecer que se a questão sobre a identidade pessoal não tiver resposta, não conseguiremos responder a algumas questões importantes tais como a da sobrevivência, memória e responsabilidade moral. Porém, a ideia de Parfit é livrar-nos desse pressuposto, já que para ele a questão da identidade pessoal não tem resposta, logo a identidade pessoal não importa.

#### 3.1 PARFIT E LOCKE

Antes de apresentar a proposta de Parfit parece importante olharmos mais atentamente para o argumento da identidade da memória de John Locke, já que ele foi o precursor da discussão da identidade pessoal. Para Locke, a pessoa X em um momento anterior é idêntico à pessoa Y em um momento posterior, se e somente se, Y recordar-se de experiências e ações de X. Há três principais objeções ao critério da memória de Locke.

A primeira objeção, lançada por Butler (1736), é de que a memória pressupõe a identidade pessoal, assim não podemos usar a memória como critério para determiná-la. O sujeito Y só pode recordar-se das experiências de X se for pressuposto que X é Y, já que uma pessoa só pode recordar-se das suas próprias experiências. Para responder a essa objeção, Parfit usa o conceito de *quasi-memória*, introduzido por Shoemaker<sup>9</sup>, que elimina a pressuposição da identidade para possuí-la. Parfit considera que a pessoa que se recorda de certa experiência, não é necessariamente idêntica à que tenha a experienciado<sup>10</sup>. Em suma, uma *quasi-memória* é uma espécie de memória sem dono<sup>11</sup>, uma memória que pode ter sido experienciada por outra pessoa.

<sup>8</sup> PARFIT, Derek. "Personal Identity". The Philosophical Review, 80, 1971, p.4

<sup>9</sup> O conceito de *quasi-memória* foi introduzido por Sidney Shoemaker em *Self Knowledge and Self-Identity*.

<sup>10</sup> NORTHOFF, G., "Are "q-memories" empirically realistic?: a neurophilosophical approach". Philosophical Psychology, VOL. 13, NO.2, 2000, p.192

<sup>11</sup> COSTA, "Limites da Identidade Pessoal", 2002, p.18

A segunda objeção foi feita por Reid (1785). Reid observou que não temos exatamente as mesmas memórias ao longo da vida. As memórias desaparecem, a pessoa não lembra diretamente de todos os eventos que ocorreram consigo. Na verdade, as memórias são sobrepostas, como no caso do “Soldado Corajoso”<sup>12</sup>. Digamos que o Soldado Corajoso quando idoso recordava-se das experiências de quando era um soldado jovem. E o Soldado Jovem recordava-se das experiências de quando era criança, porém quando idoso não tem as recordações da infância. Dessa forma, seguindo a ideia de Locke, o Idoso é o Jovem, o Jovem é a Criança, porém o Idoso não é a Criança. Não há como  $A=B$ ,  $B=C$  e  $A$  ser diferente de  $C$ , logo parece que o critério da memória de Locke não é confiável. Contra a objeção de Reid, Parfit diz que existe a possibilidade da identidade pessoal ser uma questão de continuidade psicológica. De fato, não há uma conectividade psicológica entre o soldado idoso e a criança, já que não existem memórias que os conectem diretamente.<sup>13</sup> Porém, há um encadeamento de memórias, que inicia no soldado idoso e vai regredindo às experiências da infância, o que significa que há continuidade psicológica entre as duas etapas da vida do soldado<sup>14</sup>.

A terceira objeção é que, aparentemente, uma pessoa ainda pode persistir, mesmo à perda de memória, embora a teoria lockeana negue isso. Intuitivamente, não diríamos, por exemplo, que alguém com amnésia ou alzheimer seja numericamente distinto do seu eu anterior, quando a sua memória estava intacta.

### 3.2 A IDENTIDADE PESSOAL NÃO IMPORTA

Parfit acredita que a identidade pessoal não seja crucial para as nossas questões importantes, que antes acreditávamos estarem atreladas a ela. Primeiramente, para livrar a sobrevivência da identidade pessoal (“somente sobrevivo se eu for a mesma pessoa ao longo do tempo”), Parfit apresenta a possibilidade da ramificação cerebral: imaginemos que seja possível dividir meu

---

<sup>12</sup> *Brave Officer Case* foi usado por Reid em “*Essays on the intellectual powers of man*”, 1785, p.114-115

<sup>13</sup> A explicação sobre conectividade psicológica encontra-se na página 12 deste presente trabalho.

<sup>14</sup> GALVÃO, P. “Identidade Pessoal”, “Compêndio em Linha de Problemas de Filosofia Analítica”, 2013.

cérebro em duas partes idênticas (de forma que todo aparato psicológico/memória seja preservado em ambos os lados) e transplantar para dois corpos sem nenhum cérebro (cada parte para um corpo).

Dessa ramificação de cérebros há três possibilidades: (1) eu não sobrevivo; (2) eu sobrevivo enquanto uma das duas pessoas; (3) eu sobrevivo enquanto ambas as pessoas. O problema com a possibilidade (1), é que intuimos que se o cérebro fosse transplantado com sucesso, eu poderia sobreviver. Além disso, sabemos que existem pessoas que vivem com metade do cérebro. Então, porque seria um duplo fracasso em vez de um duplo sucesso? Não parece haver razões para crer que eu morreria em vez de sobreviver. O problema com a possibilidade (2), é que cada metade do cérebro é similar, como então poderemos identificar qual das pessoas serei eu? Como uma metade seria mais eu do que a outra? Se (1) está errado, parece que sobrevivo ao transplante de cérebro, e (2) parece intuitivamente errada, já que não há razão para acreditar que sou mais uma pessoa do que outra. Então a única resposta que restaria seria a (3), de que sobrevivo em ambas as pessoas. Neste caso a identidade não implica à sobrevivência, tornando assim o problema da identidade pessoal irrelevante.

Parfit mostra que poderíamos negar a possibilidade (3), dizendo que não são duas pessoas, mas uma só em dois corpos distintos. Para explicar essa possibilidade, suponhamos que eu separe as conexões entre os meus hemisférios cerebrais, dividindo minha mente. Cada metade fará tarefas diferentes, e depois serão reunidas. Quando divido a minha mente em dois feixes de consciência, os dois feixes são contínuos da minha mente, recordo-me das duas tarefas. Se isso é verdade, então a pessoa pode ter ramificações, porém é impossível que uma pessoa seja numericamente distinta dela mesma. Sendo assim, parece que são obrigatoriamente duas pessoas distintas. Mas se supormos que são de fato duas pessoas distintas, podemos dizer que sobrevivi enquanto ambas? Parfit diria que sim, que podemos dizer que eu sobrevivi enquanto duas pessoas diferentes sem a implicação de que sou essas pessoas.

O problema dessa conclusão é que se a nova forma de ver a sobrevivência não implica em identidade, então não ajuda a resolver a questão

acerca do problema da identidade pessoal. Parfit responde que isso só é um problema se tivermos a falsa crença de que há uma resposta para “o que é a identidade?”. Segundo ele, a questão da identidade pessoal não tem uma resposta, visto que todas as teorias são plausíveis, então fica difícil discernir qual delas é a correta. Além disso, a teoria de Parfit abala a crença de que a identidade importa para as questões importantes. As questões importantes (sobrevivência, responsabilidade moral, dentre outras) são respondidas independentemente da identidade; assim a identidade não importa.

Para provar a sua tese, Parfit<sup>15</sup> nos propõe o experimento filosófico do teletransporte que falha.<sup>16</sup> Imaginemos que o sujeito S entra numa máquina de teletransporte, que o transportará da Terra para Marte. A máquina de teletransporte da Terra tem a tarefa de destruir o corpo de S, enquanto a máquina de teletransporte de Marte irá replicá-lo. Entretanto, algo acontece que a máquina de Marte replica S, mas a máquina da Terra falha em destruir S. Dessa forma há S1 na Terra e S2 em Marte, assim fazendo S existir em dois lugares simultaneamente. Se acreditarmos que S2 não é contínuo de S1, então podemos considerá-los como pessoas diferentes. Se assim proceder, podemos dizer que S morre toda vez que entra na máquina de teletransporte e é destruído, coisa que Parfit discorda. Parfit vai argumentar contra essa perspectiva e mostrar que ser destruído e replicado é quase tão bom quanto sobreviver literalmente:

Se acreditarmos que minha réplica não sou eu, é natural presumir que minha perspectiva, a ramificação, é quase tão ruim quanto uma morte comum. Vou negar essa suposição. Como argumentarei mais tarde, ser destruído e replicado é quase tão bom quanto a sobrevivência normal. (Parfit 1987, p.201, tradução nossa)

Compreendemos a identidade pessoal como sendo a identidade numérica, ou seja, a unicidade da pessoa, e não como sendo a identidade qualitativa, que diz a respeito das características das pessoas. Dessa forma, S1 e S2 são qualitativamente idênticos, porém numericamente distintos (e portanto não são a mesma pessoa).

---

<sup>15</sup> No capítulo 10 de "Reasons and Persons", " O que nós acreditamos que somos"

<sup>16</sup> Segundo Parfit, esse tipo de experimento pode ajudar a deixar mais claro as nossas crenças a respeito de nós mesmos como, por exemplo, se continuamos sendo a mesma pessoa ao longo do tempo e a desmistificar algumas crenças falsas que temos a nosso próprio respeito.

Parfit diz que há algumas questões em debate sobre a natureza das pessoas e da identidade pessoal: (1) “qual é a natureza de uma pessoa?”, (2) “o que torna uma pessoa em dois momentos diferentes uma e a mesma pessoa?” e (3) “O que está de fato envolvido na existência continuada de cada pessoa ao longo do tempo?”.

O filósofo diz que no caso de objetos físicos, o critério de identidade ao longo do tempo é a continuidade física espaço-temporal do objeto. Há entes nos quais a existência suporta grandes mudanças físicas como, por exemplo, insetos que sofrem metamorfoses. Também é verdade que a existência contínua de objetos compostos não necessariamente precisa que todos os seus componentes permaneçam os mesmos como, por exemplo, um navio de madeira que vamos repondo as peças ao longo do tempo, mas continua sendo o mesmo navio. Algo semelhante ao navio acontece com o corpo humano, nossas células são substituídas ao longo da vida.

Assim, para os adeptos do critério físico, segundo Parfit, no experimento do teletransporte, S não viaja, mas morre. Também, para eles, seria impossível algumas crenças religiosas como reencarnação ou vida após a morte (ao menos que haja uma continuidade do corpo). Já para os adeptos do critério psicológico da identidade pessoal, a persistência da existência da pessoa ao longo do tempo é dada pela permanência dos seus estados psicológicos. Dessa forma, para eles, S viaja, pois, S na Terra e S de Marte são psicologicamente contínuos, não importando a destruição do corpo físico.

Segundo Parfit, há três versões da abordagem da continuidade psicológica: a versão estreita, a versão ampla e a versão mais ampla. Na versão estreita, teremos a lembrança de uma experiência somente se tivermos realmente tido tal experiência e se a memória correspondente a essa experiência foi causada por essa experiência. Na versão ampla e na versão mais ampla, a memória tem um sentido mais abrangente. A versão ampla permite qualquer causa confiável e a versão mais ampla permite qualquer causa. Enquanto a versão estreita, geralmente, assemelha-se com a abordagem física, as versões ampla e mais ampla permitem outras causas para a identidade pessoal, além da continuidade da existência do cérebro. Para Parfit não é necessário que escolhamos uma dessas três versões do

critério da continuidade psicológica. Entretanto, se a continuidade psicológica não tiver a sua causa normal, não podemos atribuir a ela a identidade pessoal, ainda assim o que ela fornece pode ser tão bom quanto.

O que Parfit está fazendo é se questionar sobre qual é o critério da identidade pessoal e o que este critério envolve ou consiste. Parfit afirma que podemos ter uma visão errada sobre a teoria do Materialismo (ou Fisicalismo). Pode parecer em um primeiro momento que, segundo essa teoria, não existem objetos puramente mentais. Dessa forma, pode parecer que todo evento mental é apenas um evento físico dado no cérebro, isso nos dá a impressão de que não é compatível com o critério da continuidade psicológica, entretanto Parfit discorda disso. Por exemplo, um fisicalista poderia aceitar que a réplica de S no experimento filosófico do teletransporte ainda é o mesmo que S, e assim estariam rejeitando o critério físico.

O critério físico reduz a identidade pessoal ao cérebro e o critério da continuidade psicológica reduz a identidade pessoal aos aspectos psicológicos. Ambas visões são chamadas de reducionistas, porém existem visões não-reducionistas da identidade pessoal. Como foi dito na seção 2.3 deste presente trabalho, segundo as teorias não-reducionistas da identidade pessoal, a pessoa é uma entidade que existe separadamente do seu cérebro e corpo. Entretanto, como essa entidade separada não pode ser observada empiricamente, não temos garantias de que tal entidade exista e caso realmente exista, não temos garantias de que ela permanecerá numericamente a mesma ao longo do tempo. Por essa razão, Parfit descarta as teorias Não Reducionistas como possível critério da identidade pessoal.

Em relação aos questionamentos que podemos fazer a respeito da identidade pessoal, Parfit diz que existem questões que ele chama de “vazio”. Essas são questões nas quais não há uma resposta verdadeira ou falsa. Para exemplificar o que seriam essas questões do tipo “vazio”, Parfit usa como exemplo um suposto clube X que se desfez. Um tempo depois os sócios se reúnem e fazem um novo clube com as mesmas regras, então fica o questionamento: é o mesmo clube X ou é um clube muito semelhante? Parfit diz que não conseguimos responder a estas questões, mas isso não deveria nos deixar confusos, porque saberíamos tudo sobre

o que ocorreu. A pergunta “este é o mesmo clube?” é do tipo vazia, não existe resposta verdadeira ou falsa para ela.

Parfit diz que se somos reducionistas devemos fazer afirmações semelhantes às que fizemos para o suposto clube, e as perguntas sobre a nossa pessoa futura, como “estou prestes a morrer?” ou “essa pessoa serei eu?” são do tipo vazia. Se já conhecêssemos os fatos sobre a continuidade física e a conexão psicológica, já saberíamos tudo o que temos para saber, mesmo sem saber se estamos prestes a morrer ou se continuaremos a viver. Entretanto, como Parfit destacou, é contra-intuitivo afirmar que a pergunta “estou prestes a morrer?” não tem uma resposta definida. Temos uma inclinação natural para acreditar que a resposta deve ser simplesmente “sim” ou “não”. Parfit diz que segundo essa crença a nossa identidade deve ser determinada.

Assim, Parfit aborda uma nova questão: o que une as diferentes experiências vividas por uma mesma pessoa? O que une as diferentes experiências vividas por um sujeito é que elas são todas experiências dele. Podemos fazer uma pergunta semelhante: o que une as diferentes experiências que, juntas, constituem a continuação desta vida? Parfit diz que sobre esta pergunta alguns dariam a mesma resposta que deram para a primeira pergunta: é que todas essas experiências pertencem ao mesmo sujeito. Por exemplo, o que há em comum entre a minha experiência de ser uma criança que tomava um sorvete no verão de 2000, e a experiência de estar digitando agora este trabalho, se não é o fato de que ambas as experiências são minhas? Parfit diz que essa é a visão de que a unidade psicológica é explicada pela posse.

Até então, Parfit apenas falou sobre visões que tratam da natureza da identidade pessoal, porém não é na natureza que o autor está interessado, mas sim de sua importância. Parfit diz que tem o ponto de vista (do qual ele discorda) de que o que parece importar na questão da identidade pessoal é a sobrevivência ao longo do tempo: sou a mesma pessoa se eu sobreviver ao longo do tempo. Parfit diz que esse ponto de vista é de que a identidade pessoal é o que importa, e é contrária a sua visão de que a identidade pessoal não importa.

Parfit diz que se considerarmos que a identidade é o que importa então no exemplo do teletransporte, dado no início desta subseção, o resultado é tão ruim quanto morrer. Mas se nos concentrarmos na relação do sujeito S com a sua réplica, então essa morte é quase tão boa quanto a sobrevivência comum. A identidade pessoal somente pode ser determinada se formos entidades que existam separadamente das nossas mentes ou corpos. Seria impossível sermos entidades existentes separadamente se negarmos que a identidade é determinada. Porém, Parfit discorda que sejamos entidades que existem separadamente, logo nossa identidade é indeterminada.

Em todo caso, em todas as visões plausíveis sobre a natureza da identidade pessoal, a identidade normalmente coincide com a continuidade psicológica. Porém, a teoria da continuidade psicológica encontrou algumas dificuldades. Como vimos na seção 2.2 deste presente trabalho, a teoria da continuidade psicológica foi uma modificação da teoria lockeana da identidade pessoal baseada na memória. Uma das principais objeções à teoria lockeana, feita por Butler (1975), é de que a memória pressupõe identidade pessoal. Mas, como Parfit havia indicado, o critério psicológico da identidade não apela apenas para memórias soltas, mas para continuidade da memória e para a Relação R, que inclui outras formas de continuidade psicológica. Entretanto, segundo Parfit, isso não responde à objeção de Butler.

Por isso, Parfit destaca, no critério psicológico, que ter uma *quasi-memória* de uma experiência passada não faz com que sejamos quem teve tal experiência. A vida mental de uma pessoa inclui outros elementos psicológicos além da memória. No critério psicológico, o que faz com que sejamos o mesmo ao longo do tempo são as cadeias sobrepostas de conexões psicológicas. Uma vez que a *quasi-memória* não pressupõe identidade pessoal, está pode ser parte do que a constitui.

Entretanto, Parfit diz que se pode interpretar a objeção de Butler de outra forma. Butler pode querer ter dito que estamos cientes da nossa própria identidade ao longo do tempo através da memória. E estamos cientes de que nós somos um fato separado, que não pode se constituir apenas da continuidade física ou psicológica. Segundo Parfit, mesmo os reducionistas não negam que existam

peças. Um reducionista diria que a pessoa é o que tem experiências (sujeito de experiências), mas não são essas experiências que constituem a sua identidade pessoal. Já que pessoas são algo distinto de pensamentos ou atos, então não podem ser resumidas em uma série de experiências. Para um reducionista, a pessoa não é uma entidade que existe separadamente das suas mentes e corpos, como afirmam os não-reducionistas. Para um não-reducionista, a pessoa é uma entidade distinta do seu corpo ou mente/cérebro, entretanto, como Parfit destaca, não há nada que nos dê razão para acreditar que tal entidade permanece a mesma numericamente ao longo da vida (mesmo que de fato exista) por isso devemos rejeitar a crença não-reducionista.

Segundo Parfit, uma das principais visões não-reducionistas é inspirado no ego cartesiano de René Descartes: penso, logo existo. Entretanto, existir um ser pensante não faz com que ele exista separadamente do corpo ou cérebro. Parfit diz que a teoria ainda seria plausível se considerarmos o exemplo da reencarnação. Se for verdadeiro que pessoas têm *quasi-memórias* das suas vidas passadas podemos eliminar a crença de que memórias estão atreladas à continuidade física do cérebro. Assim parece que as *quasi-memórias* são um conteúdo puramente mental. Dessa forma, podemos dizer que existe uma identidade puramente mental e essa é a entidade não-reducionista (ou ego cartesiano). Poderíamos afirmar que tal entidade é o que realmente somos. Porém, como já foi dito, continuamos sem evidência de que exista reencarnação ou até mesmo o próprio ego cartesiano.

Outra objeção apontada por Parfit foi feita por Williams: digamos que o sujeito S passará por uma experiência futura dolorosa, porém, logo antes, todas as suas memórias serão apagadas, e substituídas por memórias de outra pessoa, de forma que S não saberá que é ele quem sofrerá a dor. Parece que a angústia e preocupação de S não irá diminuir mesmo que haja essa perda e substituição dessa memória. Dessa forma, parece que o critério da continuidade psicológica está errado, porque não deveria causar medo, já que outra pessoa sofrerá a dor. Contra essa objeção, Parfit diz que se a pessoa permanecer consciente durante a provação, então há pelo menos algum tipo de continuidade psicológica.

Se tirar aos poucos as memórias de S, a teoria do Espectro Psicológico<sup>17</sup> diria que há continuidade psicológica entre S antes e depois da substituição das memórias. Mas, como Parfit destaca, tirar e substituir aos poucos a memória de S, não existiria conexão psicológica entre S antes e depois da substituição das memórias (Parfit 1987, p. 231). Parfit diz que uma objeção a este argumento é que se assemelha muito com o Paradoxo da pilha de areia:

Suponha que afirmemos que a remoção de um único grão não pode mudar um monte de areia em algo que não é um monte. Alguém começa com um monte de areia, que ele remove grão por grão. Nossa reivindicação nos força a admitir que, depois de cada mudança, ainda temos um monte, mesmo quando o número de grãos torna-se três, dois e um. Mas sabemos que chegamos a uma conclusão falsa. Um grão não é um monte.

Em seu apelo ao Espectro Psicológico, você afirma que nenhuma pequena mudança pode fazer com que você deixe de existir. Fazendo mudanças pequenas o suficiente, o cirurgião pode fazer com que a pessoa resultante não seja de forma alguma psicologicamente conectada com você. O argumento forçou você a concluir que a pessoa que está sendo resultada seria você. Esta conclusão pode ser tão falsa quanto a conclusão sobre o grão de areia. (Parfit 1987, p.232, tradução nossa)

Há outro argumento semelhante: o do Espectro Físico. A teoria do Espectro Físico é sobre casos que envolvem diferentes graus possíveis de continuidade física. Se fossem substituindo gradualmente as células do corpo do sujeito S, no final do processo teria uma réplica de S que seria continuamente psicóloga deste. Parfit diz que a pergunta que faríamos para esse caso é "S morrerá ou não?". Esse é o tipo de pergunta que Parfit chamou de "vazia" e não há diferença real entre S no primeiro estado e sua réplica.

Para Parfit, se não aceitarmos a visão reducionista, continuaremos a acreditar que a nossa identidade deve ser determinada. Se acreditarmos que S no estado inicial e sua réplica são o mesmo, deveríamos determinar qual é a porcentagem no, qual S deixaria de ser ele mesmo e passaria a ser a réplica, o que parece impossível de determinar:

Quando considero essa variedade de casos, pergunto naturalmente: 'A pessoa resultante serei eu?'. Ao traçar nossa linha, optamos por

---

<sup>17</sup> A teoria do Espectro Psicológico diz que pode-se ter graus de continuidade psicológica se considerarmos a possibilidade de mudanças psicológicas progressivas.

dar uma resposta a esta pergunta. Mas, uma vez que nossa escolha foi arbitrária, ela não pode justificar qualquer afirmação sobre o que importa. Se é assim que respondemos à pergunta sobre a minha identidade, tornamos verdade que, nesta gama de casos, a identidade pessoal não é o que importa. E esta é a afirmação mais importante da Visão Reducionista. (Parfit 1987, p.241, tradução nossa)

Parfit diz que a sua visão difere apenas trivialmente desta. Os reducionistas afirmam que algumas questões sobre a identidade pessoal são indeterminadas, e Parfit acrescenta que nesses casos deve-se responder às perguntas, mesmo que a resposta seja arbitrária, assim privando as respostas de qualquer significado. Parfit depois enfatiza que não devemos decidir entre os diferentes critérios da identidade pessoal, já que está não é o que importa.

Por fim, podemos afirmar que Parfit defende as seguintes conclusões:

(1) Não somos entidades que existem à parte de nossos cérebros, corpos, e eventos mentais. A nossa identidade ao longo do tempo envolve apenas a relação do sujeito com a conexão psicológica e/ ou continuidade psicológica, desde que não haja ramificação destas.

(2) A identidade não é sempre determinada, nem sempre haverá uma resposta certa como “sim” ou “não”.

(3) A identidade pessoal não é o que importa, o importante é a relação R, mais ampla.

Nossa identidade não importa, o que importa consiste em relações de grau (a continuidade psicológica). Parfit diz que a identidade não é a relação de um para um, que a continuidade psicológica pode assumir a forma ramificada. Além disso, Parfit defende que muitas relações diferentes estão incluídas na continuidade psicológica ou são uma consequência sua. Descrevemos estas relações de formas que pressupõem a existência continuada de uma pessoa, mas podemos descrevê-las de novas formas que não envolvam este pressuposto. Para Parfit, o que importa para a sobrevivência de uma pessoa não é a identidade pessoal, mas as relações de grau (continuidade psicológica).

### 3.3 OBJEÇÕES À TEORIA DE PARFIT

Uma possível objeção à teoria parfitiana, de que a identidade pessoal não importa, foi feita por Harold W. Noonan (2005). Noonan defende que a identidade pessoal é regida pelo princípio de “somente x e y” e qualquer teoria da identidade que não siga tal princípio é falsa. O princípio do “somente x e y” diz que a relação entre o ente x anterior e o ente y posterior só diz respeito das características intrínsecas, e não extrínsecas, entre x e y, ou seja, a identidade pessoal não pode estar relacionada com entes fora da relação entre x e y.

Entretanto, segundo Noonan, a teoria de Parfit não é do tipo “somente x e y”, antes segue o princípio do melhor candidato (que também pode ser conhecido como continuidade do mais próximo). Segundo o princípio do melhor candidato, o ente posterior com maior grau de espaço-tempo e continuidade qualitativa (inclusive qualidades adquiridas com o tempo) possui a continuidade da identidade do ente anterior. Para Noonan, fica claro que a teoria de Parfit segue o princípio do melhor candidato quando Parfit afirma que a identidade pessoal não importa para a sobrevivência, afirmação que Noonan rejeita.

Para Parfit a preocupação de x com a própria existência e bem-estar futuro é apenas um meio para o fim da existência e bem estar de uma pessoa futura relacionada a si mesma por relações R, ou seja, a sobrevivência não precisa ser literal para haver continuidade da pessoa. Noonan chama esses sobreviventes, que não são necessariamente literais, de Sobreviventes Parfitianos. O experimento filosófico do teletransporte que falha, que foi oferecido por Parfit, deixa isso claro, já que a pessoa de Marte é psicologicamente contínua a pessoa original da Terra, e mesmo havendo duas pessoas distintas, não significa que a pessoa da Terra não irá sobreviver mesmo próxima da morte literal. Noonan diz que para Parfit só buscamos a sobrevivência literal porque, ao menos por enquanto, essa é a única forma de sobreviver, mas não buscamos ela em si mesma, mas apenas como um meio. Por exemplo, valorizamos nosso aparelho auditivo como um meio para ouvir, mas se tivéssemos que trocá-lo por um dispositivo que tem a mesma função não ficaríamos horrorizados. Então, para Parfit, no futuro se tivéssemos que sobreviver como um

Sobrevivente Parfitiano não deveríamos nos incomodar com isso. Porém, tal conclusão é extremamente contra-intuitiva para Noonan.

Noonan diz que para Parfit, o que importa para a sobrevivência é a relação R da teoria da continuidade psicológica da identidade pessoal. É importante destacar que a teoria da continuidade psicológica que Parfit diz importar para a sobrevivência é a versão da causa mais ampla (como mostrado na subseção anterior). Na causa mais ampla da identidade psicológica, não há restrição na causa da identidade, a identidade de y causada por qualquer coisa será aceita como sobrevivente de x.

Noonan diz que o argumento de Parfit tem dois pontos no caso da fissão cerebral: a) Em uma situação de fissão a pessoa original deixaria de existir, mas não teria feito se apenas um dos produtos de fissão tivesse sido sugerido; e b) seria irracional a pessoa original ficar preocupada com a fissão tanto quando se preocupar com a sua morte, ou que haveria algum ganho evitando a fissão (ter um dos hemisférios eliminados no transplante, assim reduzindo o número de produtos para um; ter um ou mais sobreviventes não deve fazer diferença para a pessoa original). Parfit diz que pode parecer que a) e b) estão em conflito, porque a) mostra que se a sobrevivência da pessoa original depende de haver um ou dois produtos da fissão e b) diz que a pessoa tem que ser indiferente em relação a isso. Mas esse conflito é apenas aparente e é dado porque temos a falsa crença de que a sobrevivência literal é uma questão de preocupação não derivada para nós, devemos aceitar que o que importa não é a sobrevivência literal. Noonan diz que na tese de Parfit o nosso interesse na sobrevivência literal é meramente um interesse derivado.

Noonan avalia o argumento da fissão de Parfit dizendo que a pessoa original deixa de existir, pois, não sobrevive no sentido literal, e duas pessoas novas passam a existir. Logo, a tese de Parfit é incompatível com o princípio do “somente x e y”. Aceitar a fissão é aceitar que a identidade de uma pessoa posterior pode ser determinada extrinsecamente pela existência ou inexistência de um candidato rival. Porém, Noonan afirma que parece evidente que o “eu” estar presente nas relações que importam para a sobrevivência tem que ser determinado intrinsecamente. Por isso, Noonan diz que o argumento de Parfit não pode manter tal critério da identidade pessoal, já que entra em conflito com o princípio do “somente x e y” e que

a nossa preocupação com a sobrevivência literal não deve ser derivada. Para Noonan, Parfit não dá razões para aderirmos à teoria dele e rejeitarmos o princípio do “somente x e y”, mas temos razões para aderir ao princípio do “somente x e y”.

Parfit poderia justificar-se dizendo que somente achamos que o princípio do “somente x e y” é plausível porque acreditamos erroneamente que a identidade é o que importa para a sobrevivência. Este erro nos leva a atribuir ilegalmente propriedades das relações que importam para a identidade pessoal. Pode parecer verdadeiro que as relações de continuidade psicológica e conexões psicológicas, mantidas entre uma pessoa anterior x e uma pessoa posterior y, são determinadas intrinsecamente, por isso achamos plausível que a identidade proceda de maneira idêntica. Entretanto, Noonan identifica esse argumento de Parfit como sendo circular, pois “o que está em questão é precisamente se estamos errados em atribuir a nós mesmos uma preocupação não derivada com a nossa sobrevivência não literal” (Noonan 2005, p. 164, tradução nossa). Por isso, “ao menos que tenhamos uma razão prévia para rejeitar o princípio do “somente x e y”, o argumento de Parfit não nos fornece nenhuma razão para pensar que assim o seja” (Noonan 2005, p. 164, tradução nossa).

Segundo Noonan, outro problema com o argumento do Parfit é que ele no máximo pode explicar a nossa intuição de que o princípio do “somente x e y” é plausível como uma restrição à identidade pessoal. Mas essa explicação não responde porque temos a intuição de que o princípio do “somente x e y” é plausível de forma mais geral. Isso é dado porque não há plausibilidade real de que interpretamos erroneamente “a natureza de nosso interesse em coisas que não sejam pessoas, ou seja, que pensamos que a sobrevivência literal de tais coisas são uma preocupação não derivada para nós.” (Noonan 2005, p. 164, tradução nossa). Pensar o contrário parece errado para Noonan, pois seria o mesmo que dizer que temos um interesse não derivado na sobrevivência não literal (contínua) de objetos, mas valorizamos os objetos apenas como meros utensílios. Para Noonan, se Parfit estivesse certo, a plausibilidade do princípio do “somente x e y” seria apenas uma restrição da identidade ao longo do tempo. Por essa razão, Noonan acredita que o princípio do “somente x e y” deve ser mais profundo do que Parfit está sugerindo.

Para Noonan, a tese de Parfit de que a identidade não importa não deveria convencer um defensor do princípio do “somente x e y”. Caso alguém decida manter a visão de que a importância da sobrevivência é não derivada terá de aceitar que a explicação da fissão também explica a “ocupação múltipla” (a fusão). Parfit afirma que se podemos sobreviver como dois entes distintos no caso de uma fissão cerebral, a princípio não deveria ser um problema o caso de uma fusão, onde duas pessoas sobrevivem no mesmo corpo (colocassem no mesmo corpo dois hemisférios cerebrais de pessoas diferentes) (Parfit 1971).

Para mostrar que Parfit falha em explicar o porquê o princípio do “somente x e y” nos parece intuitivamente plausível, Noonan usa, em parte, um argumento de Nozick. Para Parfit há uma única maneira de explicar a derivada de nossa preocupação com nosso eu, no caso, a derivada da nossa preocupação com a nossa existência futura e o bem-estar dos nossos Sobreviventes Parfitianos. Porém, Noonan diz que isto vai contra outras intuições que nós possuímos que também são dignas de atenção.

Considerando que a melhor versão do critério da continuidade psicológica da identidade pessoal é a versão do “melhor candidato”:

Segundo a qual uma condição suficiente de uma [pessoa] posterior a identidade de uma pessoa com uma pessoa anterior é que ela seja, no que diz respeito à continuidade psicológica e / ou conexão, um melhor candidato, ou para usar a terminologia de Nozick, uma vez que é seu argumento que deve ser exposto, um continuador mais próximo, do que qualquer outra pessoa contemporânea. (Noonan 2005, p. 165, tradução nossa).

Noonan diz que no critério psicológico, ter múltiplos candidatos posteriores à identidade pessoal da pessoa original não significa que a pessoa anterior x não existe mais no momento posterior, isso apenas prosseguiria se não houvesse nenhum melhor candidato, como num caso de um empate para o primeiro lugar.

Esse tipo de explicação da identidade pessoal pode ser aplicado no exemplo do teletransporte dado por Parfit. Se houvesse um problema na máquina de teletransporte (como no exemplo da subseção anterior) a pessoa que entrou no teletransporte da Terra é o melhor candidato à identidade da pessoa original, mas caso a pessoa da Terra tivesse deixado de existir, o melhor candidato seria a pessoa

que surgiu em Marte, logo a pessoa de Marte é quem teria mantido a identidade da pessoa original.

Se assim se proceder, surge um problema para a teoria parfitiana, pois a continuidade da identidade psicológica aceita ramificação, e quando há um melhor candidato, o sujeito original se preocupa de uma maneira especial com ele mesmo, se preocupa de uma maneira não determinada. A pessoa de Marte é psicologicamente contínua a pessoa original no mesmo grau que a pessoa da Terra, assim se procede também em outros casos de ramificação, só que nas demais ramificações (como é o caso da fissão cerebral) o sujeito é um Sobrevivente Parfitiano, enquanto no exemplo do teletransporte ele é o melhor candidato à pessoa original. Dessa forma, no exemplo do teletransporte falho, parece que se a pessoa original estiver projetando o futuro, ela deve ter uma preocupação com o Sobrevivente Parfitiano de Marte maior do que com ela mesma (entretanto, duvidosamente isso aconteceria, a maior preocupação seria com a versão de melhor candidato da Terra, onde a morte iminente a encheria de temor). Mas se fosse o caso do teletransporte normal, que não houve falha, a maior preocupação deveria ser com a pessoa de Marte, e tanto quanto se preocupar com seu próprio destino. Noonan observa que, se Parfit estiver correto, o grau de cuidado não está sendo diretamente proporcional ao grau de proximidade de continuidade, como Parfit insinua com a explicação da derivatividade de nossa preocupação conosco mesmo. A preocupação pelo futuro de alguém que cremos que seja nós é especial e não pode ser explicada simplesmente como uma preocupação de alguém que é contínuo a nós até certo grau.

Noonan diz que, para Nozick, o grau de cuidado não é diretamente proporcional ao grau de proximidade, porque o grau de cuidado pelo seu continuador mais próximo (por si mesmo) é uma constante independente do grau de proximidade. O nosso grau de cuidado com o nosso continuador mais próximo é sempre igual, mesmo em situações em que o grau de proximidade varia, e é sempre maior do que o grau de cuidado com qualquer outro continuador que não seja o mais próximo. Noonan diz que Parfit considera essa afirmação de Nozick implausível, pois em casos de fissão o grau de cuidado de um eu futuro não é independente do grau de proximidade consigo mesmo. Mas, mesmo sem o ponto de vista de Nozick,

Noonan diz que podemos ver que Parfit está errado, quando observamos que a preocupação da pessoa original por seu continuador de Marte é maior do que por ele mesmo na situação de ramificação.

Noonan, até então, citou dois tipos de intuição: a primeira é que existem intuições sobre a fissão no qual Parfit se baseia para sua tese de que a identidade não importa para a sobrevivência (e de que não há nenhuma razão para garantir que exista apenas um Sobrevivente Parfitiano); e a segunda é que parece evidente que a preocupação com nós mesmos, tem aspectos que não podem ser explicados se considerarmos a preocupação com identidade como meramente derivada de uma preocupação de nossos Sobreviventes Parfitianos.

Parfit, segundo Noonan, se baseia no primeiro grupo de intuições, a consequência é que essa derivatividade de nosso auto interesse, afirmada por Parfit, é incompatível com os proponentes do princípio do “somente x e y”. Mas como Noonan reconhece, se a versão do melhor candidato do critério da continuidade psicológica da identidade pessoal for aceita, “então as nossas intuições sobre a fissão devem ser considerado inconsistente com a visão do senso comum de que é a identidade que importa para a sobrevivência” (Noonan 2005, p. 168, tradução nossa). Entretanto, para Noonan, a tese de Parfit, de que a nossa preocupação é apenas para com o Sobrevivente Parfitiano e o seu bem-estar, é inconsistente com o segundo tipo de intuição. Assim, segundo Noonan, para seguir nossas intuições devemos rejeitar Parfit.

Noonan observa que a posição de Nozick acaba por envolver, também, uma negação do princípio do “somente x e y”, já que a nossa preocupação com nossa sobrevivência literal é derivada de uma preocupação com o sobrevivente parfitiano. A diferença entre o argumento de Nozick e o de Parfit, é que para Nozick que a nossa preocupação com nosso bem-estar futuro não é apenas uma derivação da preocupação com o bem-estar do nosso Sobrevivente Parfitiano. Para Noonan, embora o argumento de Nozick satisfaça um pouco mais as nossas intuições do que a posição de Parfit, ainda assim não é satisfatória, já que Noonan rejeita toda teoria que conflita com o princípio “somente x e y”:

Essas intuições podem ser explicadas, creio eu, mas apenas no contexto de uma posição que esteja de acordo com o bom senso tanto em considerar a identidade pessoal como o que importa na sobrevivência quanto em considerá-la intrinsecamente determinada. (Noonan 2005, p. 168, tradução nossa)

Noonan explica que para Parfit o que tem importância não derivada da sobrevivência são as relações de continuidade psicológica e conexão psicológica com qualquer causa (o sentido mais amplo), não importando se a causa da continuidade seja natural ou confiável, apenas ter a continuidade já é o suficiente. Assim, o ente x estará sobrevivendo se (a) existir uma pessoa psicologicamente continua a ele e (b) os estados psicológicos dessa pessoa são causalmente derivados de x.

Para mostrar a inconsistência que Noonan observa no argumento de Parfit, ele oferece o seguinte exemplo: um cientista maluco após a morte de x consegue copiar todos os estados psicológicos de x em outra pessoa y, de forma que y acaba por perder toda a sua psique e reste apenas a psique de x. Segundo a teoria de Parfit, já que não tem a necessidade de uma causalidade natural para considerar a continuidade da identidade, y após receber a psique de x, na verdade, não é mais y, mas x (y se tornou um dos Sobreviventes Parfitianos de x). Se Parfit estiver correto, isso deveria ser o suficiente para x perder todos os medos no leito de morte, já que ele sobreviveria no corpo de y.

Noonan diz que esse exemplo mostra o quão radical é a teoria de Parfit. Os filósofos defensores da continuidade psicológica da identidade pessoal, anteriores a Parfit, aceitavam apenas a versão estreita da continuidade psicológica, onde a identidade depende muito da natureza causal dos estados psicológicos da pessoa anterior e Parfit nega isso, afirmando que qualquer tipo de natureza causal serve para garantir a sobrevivência. A partir da afirmação de Parfit, de que qualquer tipo de natureza causal serve para a continuidade da sobrevivência, Noonan fala para supormos o seguinte caso:

Suponha, então, que eu afirme me lembrar de algum incidente em minha infância, digamos, um corte aberto em minha cabeça quando eu tinha 4 anos e fui levado ao hospital para saturar. Na verdade, isso nunca aconteceu comigo, mas aconteceu com meu irmão, que mais tarde me contou tudo isso. O incidente tomou conta de minha mente e me impressionou profundamente que, de alguma forma,

meu conhecimento [do fato] se transformou em uma aparente memória de ter passado pela provação eu mesmo. (Noonan 2005, p. 170, tradução nossa)

Segundo Noonan, de acordo com a teoria de Parfit, por ele possuir essa aparente lembrança do incidente, que é causalmente dependente da experiência do irmão (pois foi o irmão que contou tal fato), então em certa medida Noonan seria psicologicamente contínuo ao irmão. Dessa forma, em certa medida, ele seria um Sobrevivente Parfitiano do irmão. Noonan afirma que logicamente ele não seria o melhor candidato para ser identificado como seu irmão, mas de acordo com Parfit, a relação que Noonan tem com o irmão é para ser do tipo de relação R, que na ausência de ramificação, constitui a identidade pessoal.

Entretanto, Noonan diz que isso é evidentemente errado. Pois a origem da memória aparente é fundamental para sabermos se ela se qualifica ou não como continuidade psicológica, e a memória do exemplo é totalmente inapropriada para tal coisa. Para Noonan, Parfit erra ao pensar que qualquer tipo de dependência causal é o suficiente para implicar a continuidade psicológica. Como no exemplo da reencarnação: parece bem diferente uma criança sem contato nenhum com a história lembrar-se de ter sido Napoleão, de uma criança que teve contato e criou memórias de ter sido Napoleão. Porém, na leitura de Noonan, para Parfit não haveria tal distinção e tal coisa é uma *reductio ad absurdum*.

Para Noonan, o argumento de Parfit é essencialmente que o que importa não derivativamente na sobrevivência, não pode depender de fatos triviais, porém a possibilidade da identidade pode depender de fatores extrínsecos, portanto trivial, assim a identidade não pode ser de importância não derivativa. Para Parfit o que tem importância não derivada é a obtenção da relação R, que não pode depender de um fato trivial. Porém, Noonan observa que não parece ser exatamente assim, se observarmos o seguinte exemplo (a):

Considere a seguinte série de casos de ficção científica (tiradas de Ehring 1987). (a) A tecnologia médica do futuro torna possível gravar em fita informações que dão toda a estrutura do cérebro de uma pessoa. Tornou-se comum, na velhice, organizar uma transferência das memórias e traços de personalidade de alguém para um novo corpo por meio desse processo. Depois que a informação é registrada, o corpo original é destruído e um novo cérebro em um novo corpo é reestruturado de acordo com a

informação na fita. Se chamarmos a pessoa com o antigo corpo de A e a pessoa com o novo corpo B, então podemos supor que B parece se lembrar de ter experiências que A teve e que essas memórias aparentes são causalmente dependentes de alguma forma das experiências de A. (Noonan 2005, p. 171, tradução nossa)

Assim parece que há conexão psicológica (e por consequência a continuidade psicológica) entre A e B, por isso B pode ser considerado um Sobrevivente Parfitiano de A. Seguindo a visão de Parfit, parece que a sobrevivência de A em B é tão literal quando se A continuasse sobrevivendo como A.

Noonan faz uma observação para mostrar que essa conclusão tirada a partir da visão de Parfit está errada. Digamos que, um caso (b), logo após a gravação dos estados mentais de A e o corpo de A ser destruído, a fita sofre um acidente: é colocada novamente em outra máquina de gravação, o que a danifica sem a possibilidade de ser reparada. Porém, a fita causou um defeito na máquina, onde está maquina copia o seu conteúdo para uma nova fita. Se um novo cérebro for reestruturado conforme as informações da segunda fita, a pessoa B resultante é psicologicamente contínua de A, logo deveríamos considerar B um Sobrevivente Parfitiano de A.

Noonan ainda supõem um terceiro caso (c) onde, como no caso anterior, a fita original sofre um acidente e é jogada em outra máquina de gravação, mas dessa vez a fita não causou um defeito na máquina. Mas ao acaso a máquina produz uma segunda fita idêntica à primeira, mas isso não está causalmente relacionado à primeira fita. Se um cérebro fosse reestruturado de conforme as informações da segunda fita, a pessoa B pareceria se lembrar da vida de A, e seria idêntica a A, mas seus estados psicológicos não estariam causalmente ligados a A. Logo B não poderia ser um Sobrevivente Parfitiano de A, mesmo sendo psicologicamente idêntico a A. Nesse último caso, não devemos considerar tão bom quanto a sobrevivência literal de A.

Com esses exemplos, Noonan deseja mostrar que, embora no último caso Parfit não considerasse a pessoa resultante B um sobrevivente de A, o resultado de ter alguém idêntico a A (pelo menos qualitativamente) permanece. Noonan diz que se Parfit estivesse correto, e estivéssemos perto da morte, seria mais sensato

escolher ter os estados mentais copiados para um novo cérebro do que tentar uma cirurgia arriscada que poderia nos fazer sobreviver literalmente. Mas, ao vermos o último caso, isso não parece tão claramente irracional, já que parece melhor sobreviver literalmente do que ter uma cópia nossa. Se vemos o último caso com pessimismo, deveríamos ver o segundo caso da mesma forma.

Por isso, Noonan discorda da visão da identidade pessoal baseada na continuidade psicológica mais ampla, pois ele a considera insustentável. Noonan diz que nenhum defensor de Parfit deveria apelar a ela, pois seria necessário aceitar que a importância da identidade pessoal é meramente derivada, e tal afirmação seria um término lógico da própria posição de Parfit. Para demonstrar isso, Noonan mostra que o argumento de Parfit, de que qualquer tipo de fundamento causal para a continuidade psicológica é o suficiente para garantir a sobrevivência, é um apelo a uma analogia:

Suponha que haja um tratamento não confiável para alguma doença. Na maioria dos casos, o tratamento não leva a nada. Mas, em alguns casos, cura completamente a doença. Nestes poucos casos, apenas o efeito importa. O efeito é igualmente bom, embora sua causa não seja confiável. Devemos reivindicar o mesmo sobre a relação R [...] Em nossa preocupação com nosso próprio futuro, o que fundamentalmente, o que importa é a relação R com qualquer causa. (Parfit 1987, p.287, tradução nossa)

Noonan diz que realmente, se estivermos sofrendo de uma doença mortal e ficarmos curados não vamos nos importar se o tratamento que nos curou era ou não confiável, tudo o que nos interessa é que estamos bem novamente. Por analogia, segundo Parfit, devemos ser indiferentes se a uma futura réplica psicológica nossa será produzida por um processo confiável ou não, da mesma forma devemos ser indiferentes se os estados mentais da réplica são causalmente ligados aos nossos. Nos três casos, (a), (b) e (c), exemplificados por Noonan, o efeito será uma réplica psicológica de A. Se o que nos interessa é apenas o efeito, então as diferenças que há entre os casos é irrelevante. Porém, como Noonan já havia observado, as diferenças entre o segundo e terceiro caso importam, logo não é apenas o efeito que nos interessa, então a analogia de Parfit é falha. Por isso, Noonan afirma que o argumento de Parfit é circular.

Segundo Noonan, se considerarmos as diferenças entre (b) e (c), ignorando a possível consequência sobre o problema da identidade pessoal, estes casos não têm consequências significativamente diferentes. O mesmo podemos dizer sobre as diferenças dos casos (a) e (b), se formos observá-los como sendo uma sequência de eventos no mundo, o resultado de ambos é o mesmo, sendo impossível ver qualquer diferença significativa entre (a) e (b). Um apoiador da teoria parfitiana, tem de aceitar que se a pessoa A era a pessoa B no caso (a), então deve também considerar o mesmo no caso (b).

Caso Parfit esteja certo, e realmente a identidade pessoal tem apenas uma importância derivada na sobrevivência, não há como evitar que o resultado seja o mesmo tanto em (a), (b) ou (c). Mas, se Parfit for rejeitado, como Noonan o faz, então essa conclusão deixa de ser convincente. Pois, se a pessoa A sobrevive literalmente apenas no caso (a), mas não no (b) ou (c), pode-se racionalmente apelar que a diferença entre os casos é importante. Entretanto, se Parfit estivesse correto, caso alguém perguntasse a A se ele prefere o caso (a), (b) ou (c), A não necessitaria ter uma resposta, pois a importância da identidade é derivada.

Assim, Noonan conclui que a tese de Parfit, que a importância da identidade na sobrevivência é derivada, deve ser rejeitada. Pois, ao levar em consideração a totalidade de intuições a serem explicadas, está claro para ele que nenhuma explicação de Parfit é adequada, já que, embora reconheça que existam diferenças entre os casos (a), (b) e (c), ainda assim os três casos têm o mesmo resultado. Se Parfit estivesse correto seria impossível explicar isso. Dessa forma, para Noonan:

A única maneira de avançar é rejeitar essa tese, uma tese para a qual, de qualquer maneira, argumentei, Parfit não tem um argumento que não implique em petição de princípio. (Noonan 2005, p. 174, tradução nossa).

Entretanto, podemos perceber alguns problemas de interpretação de Noonan em relação a tese de Parfit. A tese de Parfit não segue a tese do melhor candidato para identidade pessoal como Noonan alega, pois Parfit é explícito em dizer que a identidade não é o que importa, não há necessidade de uma continuidade da identidade para a haver sobrevivência:

Eu neguei que a identidade pessoal é o que importa. Na minha opinião, o que importa fundamentalmente, em nossa preocupação com o nosso próprio futuro, é a realização da relação R, com causa mais ampla. Isso seria o que importa, mesmo quando não coincide com a identidade pessoal. (Parfit 1987, p. 289, tradução nossa).

Noonan estaria correto quanto a afirmação de que a tese da identidade de Parfit segue a tese de melhor candidato se fosse o caso de Parfit defender a continuidade da identidade, porém não é isso que Parfit faz. Parfit afirma que para a continuidade das coisas que importam (sobrevivência, responsabilidade moral, etc.) é a relação R, não a identidade. Por isso, para Parfit, pode haver sobrevivência mesmo que não se mantenha a identidade.

Noonan, no seu exemplo das máquinas copiadoras das relações R, pretende mostrar que o que importa não podem ser as relações R mais amplas (que tem uma relação de causa de qualquer natureza), já que no exemplo (c) não há relação de causa, mas o seu resultado é o mesmo que nos exemplos (a) e (b) que possuem causa. Porém, Noonan não mostra que a máquina do exemplo (c) realmente copiou sem ter sido causada pela fita original que continha as relações R. Mesmo que a fita original não tenha causado um defeito na máquina, deve ter passado as suas informações a ela, pois se não fosse o caso, como Noonan explicaria que a máquina conseguiu reproduzir relações R idênticas às originais? Assim, parece que o exemplo dado por Noonan não consegue refutar a ideia de Parfit, de que o que importa são as relações R.

Além disso, parte da objeção de Noonan não faz uma leitura correta do tipo de memória que importa para as relações R da continuidade psicológica. Quando Noonan diz que a relação R se mantém no exemplo da falsa memória que ele tem da experiência do irmão, ele acaba por se referir a memória do tipo factual, mas a memória que importará para a continuidade psicológica (embora não seja apenas a memória que importa) é a memória do tipo experiencial.

A memória factual diz a respeito de fatos, como por exemplo, lembramos que a Elizabeth é a atual rainha da Inglaterra; já a memória experiencial diz a respeito das nossas experiências individuais e é sempre em primeira pessoa. Quando Noonan ouviu a história do irmão e lembrou-se como se tivesse acontecido com ele, essa memória era factual e não experiencial, logo não se configura como relevante

para a relação R e de forma alguma ele poderia ser contínuo ao irmão mesmo que seu irmão deixasse de existir (até porque, mesmo que não fosse o caso da memória obtida através do irmão ser do tipo factual, ainda assim seria necessário ao menos 50% de conexões forte para haver continuidade psicológica). Por isso, não parece que o que importa seja a origem da memória, como afirma Noonan, mas o tipo de memória.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos uma breve apresentação das três principais teorias sobre o problema metafísico da identidade pessoal, examinando deficiências de cada uma. Chegamos ao diagnóstico de que elas não conseguem responder ao problema central da identidade pessoal, sendo a questão sobre o que faz com que sejamos a mesma pessoa ao longo do tempo. Depois disso, foi exposta a tese de Parfit, de que a identidade não importa para a sobrevivência, como uma possível solução para o problema da identidade pessoal. Disso temos duas hipóteses: ou Parfit está correto, e realmente a identidade pessoal não importa para as questões importantes, ou então Parfit está errado e, na verdade, a identidade pessoal tem um papel fundamental na resolução dessas questões.

Em seguida, foi exposta uma objeção a Parfit feita por Noonan. Noonan diz que Parfit erra ao alegar que as relações R podem ter qualquer causa, o que faria a teoria parfitiana parecer adequada ao princípio do melhor candidato. Se a teoria de Parfit realmente fosse adequada do princípio do melhor candidato, para Noonan ela seria falha, pois a relação de identidade tem de seguir obrigatoriamente o princípio do “somente x e y”. Entretanto, o que parece ter ocorrido foi uma má leitura de Noonan da teoria de Parfit, pois, Parfit não está preocupado com nenhum tipo de continuidade da identidade, seja a de melhor candidato ou sobre a relação “somente x e y”. Parfit apenas fala que o que transmite o que importa são as relações R, mas não fala na necessidade de transmissão da identidade, pois para ele a identidade pessoal não importa.

Se Parfit estiver errado, e a identidade pessoal for essencial para as questões importantes como, por exemplo, para a sobrevivência, pode ser que nunca cheguemos a uma resposta. A questão da identidade pessoal tem se demonstrado misteriosa desde o início de sua discussão filosófica e toda teoria lançada até hoje tem problemas consideráveis. Dessa forma, mediante a argumentação de Parfit, podemos conceber a possibilidade da a identidade pessoal não ter muita relevância, e assim concluir que ela não importa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Joseph. **Of personal identity**. 1. ed. Berkeley: University of California Press, 1975. pp. 99-105.
- COSTA, Cláudio F. Limites da Identidade Pessoal. **Princípios UFRN**, Natal, v. 9, n. 11, p. 5-26, dez./2002.
- GALVÃO, Pedro. Identidade pessoal. **Compêndio em linha de problemas de filosofia analítica**, Lisboa, v. 1, n. 2013, pp. 2-18, jan./2013.
- GARRETT, Brian. **Personal Identity and self-consciousness**. 2. ed. London: Routledge, 2002.
- KIND, Amy. **Persons and Personal Identity**. 1. ed. Cambridge: Polity Press, 2015.
- HAMILTON, Andy. **The Self in Question: Memory, the Body and Self-Consciousness**. 1. ed. UK: University of Durham, 2013.
- LOCKE, John. **Ensaio sobre o entendimento humano**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2012.
- MCMAHAN, Jeff. **The Ethics of Killing: Problems at the Margins of Life**. 1. ed. New York: OXFORD UNIVERSITY PRESS, 2002.
- PARFIT, Derek. Personal Identity. **The Philosophical Review**, v. 80, n. 1, pp. 3-27, jan./1971.
- PARFIT, Derek. **Reasons and Persons**. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1987. pp. 199-236.
- REID, Thomas. **Essays on the Intellectual Powers of Man**: capítulo 4 "Of memory". 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1785.
- SAUCHELLI, Andrea. Introduction to Part Three: Personal Identity. In: SAUCHELLI, Andrea (ed.). **Derek Parfit's Reasons and Persons: An Introduction and Critical Inquiry**. 1. ed. New York: Routledge, 2020. pp. 48-67.
- SCHECHTMAN, Marya. Personhood and Personal Identity. **The Journal of Philosophy**, internet, v. 87, n. 2, pp. 71-92, fev./1990.
- SHOEMAKER, David. **Personal Identity and Ethics**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/fall2021/entries/identity-ethics/>> Acesso em: 10 jun. 2021.
- OLSON, Eric T. **Personal Identity**, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Spring 2021 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2021/entries/identity-personal/>>. Acesso em: 11 jul. 2021.

NOONAN, Harold W. **Personal Identity**. 3. ed. London: Taylor & Francis Group, 2005. p. 125-169.